



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Recurso Ordinário Trabalhista **0001566-35.2020.5.06.0181**

Relator: IVAN DE SOUZA VALENCA ALVES

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 01/12/2020

Valor da causa: R\$ 5.500,00

Partes:

RECORRENTE: JOSE ADRIANO DA SILVA

ADVOGADO: RAMON YURI MORAES RAMOS

RECORRENTE: TRAMOS ENGENHARIA LTDA - ME

ADVOGADO: GESNER XAVIER CAPISTRANO LINS

RECORRIDO: JOSE ADRIANO DA SILVA

ADVOGADO: RAMON YURI MORAES RAMOS

RECORRIDO: TRAMOS ENGENHARIA LTDA - ME

ADVOGADO: GESNER XAVIER CAPISTRANO LINS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PROCESSO nº 0001566-35.2020.5.06.0181 (ROT)

Órgão Julgador : 1ª Turma

Relator : Desembargador Ivan de Souza Valença Alves

Recorrentes : José Adriano da Silva e Tramos Engenharia Ltda - ME

Recorridos : Os Mesmos

Advogados : Ramon Yuri Moraes Neto e Gesner Xavier Capistrano Lins

Procedência : 1ª Vara do Trabalho de Igarassu-PE

EMENTA

DA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO ANTERIOR EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA PRESENTE AÇÃO - Não tendo o mérito do pedido de homologação de acordo extrajudicial na ação nº 0001400-03.2020.5.06.0181 sido analisado pelo Juízo "a quo", não se formou a coisa julgada. Tanto foi assim, que em que pese constar da sentença que a ação foi improcedente, observa-se quando da decisão de prevenção de ID f7cf464 daqueles autos, que o processo foi extinto sem resolução do mérito. Não há, portanto, que se falar em entrega de prestação jurisdicional. Recurso provido.

RELATÓRIO

Vistos etc.

Recorre ordinariamente JOSÉ ADRIANO DA SILVA, cujo recurso foi ratificado pelo reclamado TRAMOS ENGENHARIA LTDA - ME. contra a sentença proferida pelo MM. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Igarassu-PE, às fls. 19/21 (ID 90cbf36), que denegou o acordo extrajudicial entre s partes.

Embargos declaratórios opostos pelo reclamante às fls. 25/27 (ID 3d43d2b), ratificado pelo demandado à fl. 32 (ID dd8a9b6), os quais foram julgados improcedentes conforme decisão de fls. 33/35 (ID 437de69).



Em suas razões de fls. 39/45 (ID 1f1c1d4), o reclamante rebela-se contra a sentença de primeiro grau, a qual não homologou o acordo extrajudicial que realizou com o reclamado. Afirma que o comando sentencial entendeu que havia apresentado a prestação jurisdicional, nos autos do processo nº 0001400-03.2020.5.06.0181, quando denegou a homologação do acordo extrajudicial por suposto vício naquela peça, ou seja, ausência de assinatura dos advogados no mencionado termo. Sustenta, no entanto, que o suposto vício não tem o condão de caracterizar a prestação jurisdicional, tendo em vista que não atingiu o seu mérito. Diz que o artigo 855-B não exige que os advogados das partes assinem de forma manual o termo de acordo, exigindo apenas que sejam advogados distintos. Assevera que mesmo diante da suposta falha processual as partes assinaram o termo de acordo e procederam com novo pedido de homologação, visto que não foram homologados, não havendo falar em coisa julgada. Alega que os advogados protocolaram o processo nº 0001400-03.2020.5.06.0181 com suas assinaturas digitais, não havendo necessidade da assinatura física. Requer, assim, a reforma da sentença, para que seja homologado o acordo extrajudicial celebrado entre as partes. Por fim, pede o provimento do presente recurso, de acordo com as razões acima.

O reclamado ratificou as razões recursais conforme petição de fl. 46 (ID 1211387).

É O RELATÓRIO.

MÉRITO

VOTO:

DO DIREITO INTERTEMPORAL - APLICABILIDADE DA LEI Nº 13.467/2017

Antes de apreciar o mérito recursal, impende expor algumas observações acerca da aplicabilidade da Lei nº 13.467/2017 ao presente dissídio, por se tratar de reclamação aforada depois de 11.11.2017, data do início da vigência do referido diploma.

Cediço que as situações fático-jurídicas são regidas pelas leis então vigentes, de modo que, em relação às questões que envolvem direito material, considerando o lapso contratual objeto desta ação, há que se considerar a aplicação das novas regras na análise específica deste processo, ajuizado em 17.10.2020.



No que tange às normas de direito processual, inegável que possuem aplicação imediata, incidindo nos processos em curso e ajuizados antes da vigência da referida Lei, assim como não têm efeito retroativo, em obediência à regra do isolamento dos atos processuais, prevista nos artigos 14, 15, 1.046 e 1.047 do Código de Processo Civil.

Todavia, notório seja, existem certas normas que possuem natureza híbrida, ou bifronte, a saber, aquelas que, apesar de normas de cunho processual, influenciam nas situações de direito material - casos específicos: requisitos para a justiça gratuita requerida pelo trabalhador, honorários advocatícios sucumbenciais e as custas recíprocas -, que devem ser apreciadas com base nas regras vigentes à época do ajuizamento da ação, visando-se a preservar a segurança jurídica e em homenagem ao princípio da não surpresa, consagrado igualmente, no Código de Ritos.

DO MÉRITO:

Pretendem as partes a reforma da sentença que não homologou o acordo extrajudicial, por ter o Juízo de primeira instância entendido que já havia sido entregue a devida prestação jurisdicional nos autos do processo nº 0001400-03.2020.5.06.0181 ao julgá-la improcedente por ausência da assinatura dos advogados no termo do citado acordo. Sustentam, no entanto, que o suposto vício constatado pelo Juízo na mencionada ação, não tem o condão de caracterizar a prestação jurisdicional, tendo em vista que não atingiu o seu mérito.

Analisando os autos, verifico que as partes ajuizaram a ação nº 0001400-03.2020.5.06.0181, postulando a homologação do acordo realizado extrajudicialmente. O Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Igarassu-PE julgou improcedente a homologação, por entender que havia vício na peça apresentada, qual seja, ausência de assinatura dos advogados das partes.

Ato contínuo, em que pese entenderem que não havia a necessidade da assinatura dos advogados na peça do acordo, as partes ajuizaram a presente ação, desta feita com as respectivas assinaturas.

O Capítulo III-A da CLT, introduzido pela Lei nº 13.467/2017, vigente a partir de 11/11/2017, que trata do Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial, assim dispõe:

"Art. 855-B. O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado."

§ 1º As partes não poderão ser representadas por advogado comum.

§ 2º Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.



Art. 855-C. O disposto neste Capítulo não prejudica o prazo estabelecido no § 6º do art. 477 desta Consolidação e não afasta a aplicação da multa prevista no § 8º art. 477 desta Consolidação.

Art. 855-D. No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.

Art. 855-E. A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.

Parágrafo único. O prazo prescricional voltará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo."

Razão assiste ao recorrente.

De fato, não foi analisado o mérito do pedido na ação nº 0001400-03.2020.5.06.0181, tendo em vista que a homologação deixou de ser deferida, por ter o Juízo de primeiro grau entendido que havia vício ao não constar a assinatura física dos advogados das partes.

Aliás, em consulta ao andamento do processo nº 0014000-03.2020.5.06.0181 no PJe, observa-se que a referida ação já se encontra arquivada.

O que se verifica é que não tendo o mérito sido analisado pelo Juízo "a quo", não se formou a coisa julgada. Tanto foi assim, que em que pese constar da sentença que a ação foi improcedente, observa-se quando da decisão de prevenção de ID f7cf464 daqueles autos, que o processo foi extinto sem resolução do mérito. Não há, portanto, que se falar em entrega de prestação jurisdicional.

Sendo assim, provejo o apelo do reclamante, o qual foi ratificado pelo reclamado, para determinar que o Juízo de primeiro grau aprecie como entender de direito, o pedido de homologação de acordo extrajudicial formulado pelas partes nesta ação.

Conclusão do recurso

Ante o exposto, dou provimento ao recurso, para determinar que o Juízo de primeiro grau aprecie como entender de direito, o pedido de homologação de acordo extrajudicial formulado pelas partes nesta ação.

Acórdão



ACORDAM os Desembargadores da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, **dar provimento ao recurso**, para determinar que o Juízo de primeiro grau aprecie como entender de direito, o pedido de homologação de acordo extrajudicial formulado pelas partes nesta ação.

Recife (PE), 10 de fevereiro de 2021.

IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES
Desembargador Relator

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Certifico que, na 3ª Sessão Ordinária (Telepresencial) realizada no dia 10 de fevereiro de 2021, sob a presidência **do Exmo. Sr. Desembargador IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES (Relator)**, com a presença do Ministério Público do Trabalho da 6ª Região, representado pela Exma. Procuradora Livia Viana de Arruda e dos Exmos. Srs. Desembargadores Sergio Torres Teixeira e Eduardo Pugliesi, **resolveu a 1ª Turma do Tribunal**, julgar o processo em epígrafe, nos termos do dispositivo supra.

Certifico e dou fé.
Sala de Sessões, em 10 de fevereiro de 2021.

Vera Neuma de Moraes Leite
Chefe de Secretaria da Primeira Turma

Ivan de Souza Valença Alves
Desembargador

